

Descentralização econômica – a base da democracia econômica

Por Leonardo de Amorim Thury¹

“Os pré-requisitos para o sucesso da democracia são: moralidade, educação e consciência político-socioeconômica”. Prabhat Rainjan Sarkar

“Os problemas sociais nunca se propõem sem que, ao mesmo tempo, se proponha a solução deles que não é, nem pode ser forjada por nenhum cérebro iluminado, mas se apresenta, e aí há de ser desvendada e assinalada, no próprio contexto do problema que se oferece, e na dinâmica do processo em que essa problemática se propõe”. Karl Marx

“Em consequência, a solução dos pendentes problemas econômicos, sociais e políticos, e as reformas institucionais que se impõem, hão de ser procuradas e encontradas nas mesmas circunstâncias em que tais problemas se propõem. Nelas e somente nelas se contêm as soluções cabíveis e exequíveis.” Caio Prado Júnior em “A Revolução Brasileira”

“O planejamento jamais obterá sucesso enquanto persistirmos em fazê-lo dentro de uma sala com ar refrigerado a milhares de quilômetros do local onde será implementado. A economia centralizada jamais soluciona os problemas econômicos de vilarejos remotos. O planejamento econômico precisa começar do nível de base, onde a experiência, a técnica e o conhecimento das pessoas do local podem ser utilizados para o benefício de todos”. Prabhat Rainjan Sarkar

“Os parlamentares chineses passam 15 dias no parlamento e o restante do ano ficam em suas bases, em contato direto com a população a que representam”. Elias Jabbour

“Conheça o local, elabore o plano, sirva as pessoas”. Prabhat Rainjan Sarkar

“Na verdade, você pode até mesmo olhar para o principal filósofo social dos Estados Unidos – John Dewey – e que aceitava isso como fato. Como ele disse, a menos que cada instituição da sociedade – indústria, agricultura, comunicação, mídia, todas elas – a menos que elas estejam sob um controle popular democrático, com ampla participação da força de trabalho e da comunidade, ele disse que a política será simplesmente uma sombra do que os grandes negócios fazem com a sociedade”. Noam Chomsky, em entrevista ao autor do livro sobre Prout “Após o Capitalismo”.

O texto a seguir foi baseado na Teoria da Utilização Progressiva, sistema político socioeconômico criado em 1959 pelo filósofo indiano, Prabhat Rainjan Sarkar. Esse sistema é internacionalmente conhecido pelo acrônimo PROUT (pronuncia-se práut), que vem do inglês *Progressive Utilization Theory*.

Diversos aspectos de PROUT são apresentados sendo que o tópico central é a descentralização econômica e a democracia econômica que, de forma sintética, significa “transferir o poder econômico e o poder de decisão para as pessoas de uma determinada região”.²

PROUT não é um sistema rígido e dogmático, ou um conjunto de regras que trazem soluções milagrosas para os problemas locais e mundiais, mas sim um sistema econômico que traz as bases para uma transformação integral na Sociedade, sendo que essas transformações devem ser feitas de forma flexível, variando sempre “de acordo com os fatores de tempo, lugar e pessoa”.³

Porque Prout é uma teoria progressista?

“Desde há muito tempo as pessoas protestam em altos brados contra o capitalismo e por diversas vezes têm realizado manifestações contra a exploração capitalista. Mas o capitalismo mantém-se atento às

¹ Cientista político com mestrado em Ciência Política/Relações Internacionais e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi diretor da ONG Ananda Marga Universal Relief Team (AMURT) do Rio de Janeiro (1994-1999), coordenador do comitê de Copacabana do movimento Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida (a “Campanha da Fome”) (1995-1999), presidente da ONG Proutista Universal, e membro da coordenação estadual do Rio de Janeiro do movimento *Consulta Popular – Projeto Popular para o Brasil*.

² (Sarkar, 1996)

³ (Sarkar, 1996)

insatisfações do povo com o sistema capitalista e altera, constantemente, os métodos de exploração. (...) O capitalismo tem sempre se adaptado às mudanças circunstanciais”. Sarkar⁴

Sarkar dizia que, ao se fazer alianças, é preciso “diminuir as diferenças e se concentrar nos pontos comuns”. E, conforme o atual item do artigo foca, nessa perspectiva de Sarkar, os princípios de Prout se inclinam muito mais à esquerda do que a direita.

O autor da proposta tem divergências e críticas ao comunismo? Sim, mas dentro do contexto da Guerra Fria e do conflito violento que o movimento de Prout na Índia teve com o Partido Comunista de Bengala Ocidental, da Índia. O processo é dialético. Complexo. Sarkar e seu movimento foram perseguidos por sua luta contra a corrupção e os dogmas religiosos (o sistema de castas por exemplo), e Sarkar foi preso injustamente, de 1971 a 1978.

Não querendo simplificar, mas a essência do marxismo é combater a exploração de uma classe (a burguesia) sobre outra (o proletariado). Sarkar por exemplo chamava atenção na obra e vida de Karl Marx pelo seu espírito humanista e ante exploratório.

Nessa linha, o objetivo seria a eliminação, a luta e a observação constante contra qualquer tipo de exploração contra qualquer ser humano. Seja ela entre classes, entre países (como as práticas imperialistas por exemplo), entre seres humanos, ou mesmo quando cometidas pelo Estado.

Progressista então, seriam todos aqueles que se posicionam em prol de medidas e linhas teóricas que visam extinguir a exploração e diminuir o grau de desigualdade de renda e riqueza, entre classes e entre países e aumentar o bem-estar de toda a população.

O termo “capitalismo de Estado”, conforme exposto pelo autor, precisa ser contextualizado, pelo seguinte motivo: Sarkar morreu em 21 de outubro de 1990. Os discursos de Sarkar precisam ser datados. Não “existia”, (nos moldes atuais - março de 2021, mas sim as sementes) o “socialismo com características chinesas” (conforme a declaração de Xi Jinping), que está sendo estudado e em constante transformação no referido país (em constante transformação está tudo).

Como será analisado logo na introdução no item “poder político centralizado com poder econômico descentralizado”, é preciso problematizar e analisar o conceito de “capitalismo de Estado”, do ponto de vista histórico e ideológico, visto que a suposta separação entre Estado e capitalismo nunca existiu.

Pelo contrário, existiu sempre uma aliança (cada vez mais crescente) entre o dono do poder (o “príncipe” ou o Estado), com o dono das finanças (os banqueiros ou os capitalistas), como será brevemente analisado.

Outro ponto importante a ser citado, é que desde os anos 1990 e anos 2000, o movimento de Prout, ao buscar apoio de formadores de opinião, acadêmicos, etc., para os livros sobre Prout (como “Após o Capitalismo: Democracia Econômica em Ação”, de Dada Mahesh, que já foi traduzido para 11 idiomas e já teve várias edições) todos os apoiadores foram de esquerda ou progressistas (suas frases de apoio constam nas diversas edições do livro).

O prefácio da primeira edição do livro sobre Prout, “Democracia Econômica”, contou com o prefácio de Leonardo Boff. As edições de “Após o Capitalismo”, contaram com os prefácios do economista Marcos Arruda, posfácio de Frei Betto e numa edição mais recente (2003), prefácio de Noam Chomsky. Segundo Chomsky: “O modelo cooperativo de Prout, baseado no compartilhamento dos recursos do planeta para o bem-estar de todos, merece nosso sério reconhecimento”.⁵

Além disso, Prout contou com o apoio de líderes políticos como Hugo Chávez (frase de apoio a seguir) e Fidel Castro (via carta oficial do governo cubano em agradecimento pelos livros de Prout entregue a Fidel).

Em 1988, Sarkar disse a seus missionários: “Precisamos levar livros de Prout para Fidel Castro”. Um missionário foi bem-sucedido na tarefa e deixou com a secretária de Fidel no Palácio da Revolução as 12 partes que compõem todos os escritos de Sarkar sobre Prout, publicados em quatro volumes, assim como uma obra do professor de economia e proutista Dr. Ravi Batra sobre os ciclos sociais.

Depois de voltar para o México, recebeu uma carta do secretário de Estado cubano, Juan Myar Barrueco, agradecendo pelo material de Prout recebido, em nome do governo cubano e de Fidel Castro.

Em 2001, o missionário que foi a Cuba e eu, fizemos um estudo de dois artigos lançados naquele ano (12 anos após a chegada do material de Prout em Cuba) que falavam sobre as “mudanças no socialismo cubano” nos anos 1990.

Pudemos destacar que Prout contribuiu fortemente nessas mudanças. Influenciando até no crescimento do PIB, como mostram o artigo e a entrevista do ministro cubano (destacamos trechos da entrevista e

⁴ ([1981] 2009, p. 82-83)

⁵ (*apud* Maheshvarananda, 2003, p. 20)

inserirmos princípios teóricos de Prout ressonantes às mudanças ocorridas no socialismo cubano citadas). Material organizado no artigo “Prout, Cuba, Sarkar e Fidel”.⁶

Prout também foi muito bem recebido por Hugo Chávez na Venezuela na forma do livro “Após o Capitalismo”. No artigo “Chávez dá as boas-vindas ao escritor de Prout”, diz Hugo Chávez, referindo-se ao livro citado: “Dada Maheshvarananda nos deu um livro que nós apreciamos muito. Sua visita chegou num momento bastante oportuno. [O livro] ‘Após o Capitalismo’ inclui o prefácio de Noam Chomsky e contribuições de nosso bom amigo Frei Betto e outros. Muito obrigado irmão, e vamos continuar com espiritualidade, alma, boa-fé, moralidade, e a força mística que move o mundo”.⁷

Segundo um integrante do Instituto de Pesquisa de Prout na Venezuela⁸ (que teve que fechar, por causa da crise), Prout poderia estar influenciando o “novo socialismo no século XXI”. Ele organiza as ideias no artigo: “Is Venezuela Heading Towards Prout?”⁹

Finalmente, vale destacar que o líder comunista chinês Deng Xiaoping convidou Sarkar, em 1988, para dar palestras de Prout em seu país. Sarkar não pôde ir mas enviou um representante. Desde então, membros do movimento de Sarkar, vem ministrando palestras de Prout na China. Como será destacado, entre outras características mais, princípios da revolução agrária proutista foram implementados na China em regiões agrícolas mais pobres. A saber: implementação de indústrias agrícolas no campo, e construção de cooperativas agrícolas também no campo.¹⁰

Entretanto, como disse o professor de Economia Nildo Ouriques, “as revoluções não se exportam. Nós podemos é sim, aprender com os acertos e os erros”.

Nessa linha, apesar do atual artigo se basear numa teoria político-socioeconômica com princípios universais, ela terá feições diferenciadas de país para país, e, em determinados aspectos, de região para região, ou, numa chave proutista que será apresentada no decorrer do artigo: de “unidade socioeconômica” para “unidade socioeconômica”.

É por isso que Nildo enfatiza a necessidade de uma revolução brasileira. O professor de Economia Elias Jabbour, especialista em China, ou no estudo do socialismo de mercado com características chinesas, vem enfatizando a importância de se aplicar o “universal no particular”.

Seja Prout, seja o marxismo-leninismo, seja o desenvolvimentismo, etc. ou uma necessária combinação teórica entre diferentes perspectivas político-socioeconômicas, eles representam os aspectos universais. A aplicação desses princípios nos países, e nas diversas localidades desses países é o “particular”. Ideia ressonante enfatizada por Sarkar de aplicar um princípio de acordo com os “fatores de tempo, lugar e pessoa”.

Do ponto de vista do capitalismo, seja do ponto de vista conceitual ou prático, Prout é diametralmente oposto. Existe um princípio de Prout que é diametralmente oposto ao princípio capitalista norteador de maximização dos lucros e acumulação ilimitada da riqueza individual. Diz o princípio: “Nenhum indivíduo deve acumular qualquer riqueza material sem a permissão ou a aprovação clara do corpo coletivo”.¹¹

Mas: quem é o “corpo coletivo”? No livro *Democracia Econômica*, Sarkar explica o primeiro princípio fundamental e diz: “Portanto, ninguém deveria acumular riqueza sem o consentimento da sociedade”. (p. 74) Entretanto, a pergunta permanece: mas quem é a “sociedade”? Quem é o “corpo coletivo”?

Dada Maheshvarananda faz a mesma pergunta em “Após o Capitalismo” e dá uma resposta com base em outro livro de Sarkar (“Problems of the day”): “Sarkar usou o termo ‘corpo coletivo’ para se referir à sociedade. Ele indicou que o governo teria de assumir a responsabilidade de fixar limites à acumulação de riqueza. Faria isso por meio de juntas econômicas. Ele insistiu que os membros das juntas deveriam ser ‘honestos e realmente querer o bem-estar humano ... por meio do serviço social coletivo ...’”.¹²

E complementa Maheshvarananda: “Além de determinar políticas e os padrões econômicos, as juntas econômicas de Prout também deverão escutar e decidir os critérios para as exceções, para os tetos salariais e outras particularidades, como por exemplo prover cadeiras de rodas computadorizadas aos paraplégicos”.¹³

É importante destacar que quando se fala em riqueza excedente, ela é realmente excedente, ou, em outras palavras: desnecessária.

6 <<https://prout.org.br/prout-cuba-sarkar-e-fidel/>>

7 Tradução livre.

8 <<https://priven.org/>> PRIVEN. Da sigla no inglês *Prout Research Institute of Venezuela*.

9 Tradução automática do site: “A Venezuela está caminhando para Prout?” MALINALCO, Andy. *Is Venezuela Heading Towards Prout?* Fonte: Site Venezuelanalysis.com 29 de abril de 2007.

¹⁰ Assim como elaborei o artigo “Prout, Cuba, Sarkar e Fidel” (sobre princípios proutistas implementados no país desde a chegada do material por lá) estou elaborando o artigo “Prout, China, Sarkar e Deng Xiaoping. A interação ente uma teoria, o socialismo chinês e uma sociedade milenar”.

¹¹ (Sarkar, 2009, *Democracia Econômica*, p.73-74)

¹² (“Após o Capitalismo”, 2015: 83)

¹³ (“Após o Capitalismo”, 2015: 83)

É preciso que nenhum princípio de Prout seja seguido ou implementado sem o uso do bom senso e sem se ajustar aos fatores de “tempo, lugar e pessoas”, como enfatizava sempre Sarkar.

Nesse caso, a limitação da riqueza excedente deve ser feita com cautela de modo a não gerar um efeito negativo na dinâmica da economia e da sociedade.

É preciso ser estudado, com base em experiências práticas no mundo, como esse excedente de riqueza será canalizado (e não desviado) para gerar bem-estar na sociedade e diminuição das desigualdades, eliminação da pobreza, etc.

Entretanto, segundo Sarkar: “Os recursos físicos são limitados; e a tentativa de acumular objetos físicos de forma irrestrita e desproporcional pode levar a maioria das pessoas à pobreza”.¹⁴

Mas Sarkar propõe um equilíbrio na acumulação de riqueza. Nem demais, nem de menos.

Para tanto, nessa questão, diz Sarkar: “não se deve permitir que ela seja irrestrita a ponto de obstruir o desenvolvimento da personalidade integrada do ser humano e, ao mesmo tempo, não se deve reduzi-la tão drasticamente a ponto de bloquear o crescimento físico, mental e espiritual da Humanidade”.¹⁵

O economista e proutista Ravi Batra sugere que as desigualdades de renda sejam gradualmente diminuídas, até se chegar à fórmula: (de X a 10X).

Onde X é a quantia necessária para a garantia das necessidades básicas (sendo as principais comida, roupa, educação, moradia e saúde, entre outras) e 10X seria o salário máximo.

Como o nome da teoria diz (teoria da utilização *progressiva*), o tema da progressividade é importante, e, com uma condução adequada da economia, esse X pode ir aumentando gradativamente. E a diminuição entre o X e o 10X também.

Existem inúmeros estudos a respeito da diminuição das desigualdades. Um dos aspectos que será destacado no item “comércio e trocas” em Prout é o da necessidade de não se exportar matéria prima de um país para outro e somente produtos manufaturados ou industrializados.

A questão da tributação também é crucial. O Brasil é um dos países com uma política de tributação mais regressiva do mundo. Ou seja, cobra proporcionalmente mais dos mais pobres e da classe média do que das classes mais altas.

Não se cobra, por exemplo, impostos sobre lucros e dividendos das empresas, sobre grandes fortunas, ou IPVA (imposto de propriedade de veículos automotores) de aviões particulares, jatos, helicópteros, lanchas e iates.

Elementos da análise marxista ajudam a entender também a questão da desigualdade entre os países, como a teoria marxista da dependência (a questão da transferência de valor como intercâmbio desigual, etc.) ou entre classes, como a questão da mais valia, da superexploração da força de trabalho, do lucro, etc.¹⁶

No livro “Após o Capitalismo: Democracia Econômica em Ação”¹⁷ indico a leitura do capítulo “A falência do Capitalismo Global e as Depressões Econômicas”¹⁸ e o breve texto, no mesmo livro, “Comparando a Análise de Classes de Marx e de Sarkar”, feita pelo proutista e professor de Economia Ravi Batra.¹⁹

Outro ponto a ser acrescentado, é que Prout propõe que as indústrias chaves e estratégicas, sejam estatais nacionais, o que vai no sentido oposto do princípio neoliberal de privatização e “diminuição” do Estado (visão essa enganosa que será discutida brevemente nas reflexões sobre separação ente Estado e mercado).

Vale destacar aqui alguns princípios expostos ao longo do artigo que podem ser discutidos e debatidos a luz de uma perspectiva marxista ou marxista-leninista.

1. Cooperativas populares. Como uma forma de eliminação da exploração empregador-trabalhador assalariado, ou a exploração “capital-trabalho”.
2. Estado Forte e não Estado Inchado. A necessidade de um Estado Forte e não Estado Inchado (exposta no último item do atual artigo) paralelamente a um fortalecimento da sociedade através do fortalecimento da consciência político-socioeconômica (opcional) dos seres humanos em geral. Para tanto, faz-se necessário o *tempo livre*, outro ponto do último item, conforme enfatizado, já no século XIX, por Marx e Engels, e pelo próprio Sarkar, já no século XX.
3. Democracia Econômica. O conceito de democracia econômica, conforme destacado no título do atual artigo e conceituado no seu decorrer, é apresentado segundo a perspectiva de Sarkar.

¹⁴ (“Idéia e Ideologia”, 2008)

¹⁵ (“Idéia e Ideologia”, 2008)

¹⁶ Sobre o marxismo ver LUCE, Mathias. *Teoria Marxista da Dependência. Problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. Os conceitos básicos da teoria marxista se encontram de forma bastante didática na obra de NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política. Uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012. Os princípios filosóficos, sociais e econômicos, também se encontram apresentados de forma bastante didática na obra do professor Lejeune Mirhan. *Marx para principiantes*. São Paulo: Apparte. 2020.

¹⁷ (2015)

¹⁸ (pp. 10-33)

¹⁹ (pp. 185-186)

A respeito da democracia econômica, vale destacar uma frase de Segrillo: “No campo da democracia existe uma fenda aparentemente intransponível ao redor da questão da democracia política *versus* democracia econômica. Liberais enfatizam [a democracia política], marxistas [enfatizam a democracia econômica]. Os liberais dizem que a democracia econômica é um conceito muito abstrato e difuso, portanto deveríamos nos concentrar no funcionamento de uma democracia política objetiva. [Entretanto] os marxistas insistem que a democracia política sem democracia econômica é insuficiente”.²⁰ E, a respeito do mesmo conceito, Chomsky, em entrevista ao autor de “Após o Capitalismo”, na edição de 2015, sintetizou: “Não se pode ter uma autêntica democracia política, sem uma democracia econômica que funcione”.

Introdução

O princípio da descentralização econômica, analisado neste artigo, defende que a população organizada seja a responsável pelo funcionamento da economia da sua região, visto que ela é a mais apta para solucionar os seus próprios problemas.

É ela que vive na pele os problemas locais e por isso serão mais sinceras e eficazes na busca de suas soluções. Além da sinceridade elas apresentam também a sabedoria popular geralmente desprezada por políticos e intelectuais.

Isso não impede que ocorra um auxílio de fora, de especialistas. A questão fundamental é a forma como se dá essa relação - pessoas locais e governo, ou pessoas locais e profissionais de fora da área. A solução teórica dos problemas quando feita juntamente com pessoas locais se torna mais justa e não-dogmática.

A descentralização econômica defende que cada região necessita de um planejamento específico que será elaborado e posto em prática de forma coletiva. Mas para isso, é importante que a população esteja organizada e amadurecida para desempenhar satisfatoriamente esse papel que lhe foi negado devido a uma cultura de massas paternalista e centralizadora.

Nessa linha: “A descentralização econômica é o único meio pelo qual as pessoas podem conquistar o bem-estar pleno, porque, além de ser a única garantia de prosperidade econômica, abre caminho para o progresso psico-espiritual de indivíduos e da coletividade. Quando forem solucionados os problemas comuns das pessoas, elas terão maior oportunidade de desenvolver seu potencial nas esferas psíquica e espiritual”.²¹

A descentralização seria um caminho para a diminuição das desigualdades regionais e sociais. Ainda segundo Sarkar: “A descentralização remove as disparidades regionais, porque a riqueza pode ser distribuída quase que igualmente por todas as regiões. Nós não teríamos situações de pessoas aflitas, chorando devido à fome e à escassez de alimento, em certos lugares, enquanto, em outros, indivíduos tornam-se imorais devido ao excesso de riqueza e à superabundância”.²²

Outro aspecto importante da descentralização econômica é que ela “significa produzir para o consumo e não para o lucro”. Ela também seria inviável num sistema voltado a maximização do lucro como o capitalismo.

Ainda segundo Sarkar: “A descentralização econômica não é possível no capitalismo, porque a produção capitalista sempre visa maximizar o lucro. Os capitalistas invariavelmente produzem ao menor custo e vendem ao preço máximo. Eles preferem a produção centralizada, o que leva às disparidades econômicas e ao desequilíbrio na distribuição entre a população”.

E conclui: “Na descentralização econômica de PROUT, por outro lado, a produção é voltada para o consumo e as necessidades básicas da vida serão garantidas a todos. Todas as regiões terão plenas condições de desenvolver seu potencial econômico, e assim não surgirão problemas de populações flutuantes ou superpopulação nos centros urbanos”.²³

Poder econômico centralizado com poder econômico descentralizado

Segundo Sarkar: “Nem uns poucos indivíduos, nem uma nova classe com a fachada de Estado, deve controlar o poder econômico”.²⁴

É importante frisar que essa separação entre Estado e mercado, do ponto de vista histórico e não teórico, nunca existiu. Sempre existiram em graus diferenciados e com características diferenciadas, dependendo

²⁰ (Segrillo, 2012)

²¹ (Sarkar, 2009: 176)

²² (Sarkar, 2009: 185)

²³ (Sarkar, 2009: 193)

²⁴ (1996)

da linha ideológica (capitalista, socialista e suas matizes), e variando de país a país, uma relação entre Estado e mercado ou iniciativa privada.

A relação entre Estado e mercado. Breve digressão

A tese de que potências imperiais como Reino Unido e Estados Unidos sempre foram liberais é falsa, como é conhecido por inúmeros estudiosos. Reino Unido e Estados Unidos só passaram a pregar o livre comércio depois de estarem situados no topo da hierarquia política e econômica internacional.

Todos os países desenvolvidos foram (do ponto de vista histórico) e são (na atualidade) protecionistas, e pregam a abertura comercial, econômica e financeira para os demais países, para seu próprio proveito. Conforme Fiori, países desenvolvidos, dentro da competição capitalista, passaram, a partir de um dado momento histórico, a pregar o livre mercado, a “competição perfeita” e, ao mesmo tempo “cumprem o papel de bloquear e atrasar o acesso às novidades, dos concorrentes que se submetem às regras ou se atrasam em rompê-las”. Nesse processo “os ‘estados/economias nacionais’ que ganharam também foram os que souberam navegar na contramão das ‘leis do mercado’, praticando políticas mercantilistas durante o tempo em que se mantiveram no topo do sistema”.²⁵

Os sistemas protecionistas, entretanto, praticados pelos países que pregaram o livre comércio, tiveram que se sofisticar, inovar constantemente, para poder dar alguma credibilidade à sua retórica liberal que foi, e será sempre, o discurso de todos os vitoriosos, dentro dos ‘territórios econômicos’ conquistados ou submetidos à condição de periferia econômica dos ganhadores”.²⁶

Para Fiori, o “milagre inglês” foi uma “obra do mercantilismo”. Nesse processo, vale destacar a sequência cronológica dos fatos: “A Inglaterra só abandonou sua estratégia mercantilista e se transformou numa potência liberal no século XIX, quando já ocupava a posição de liderança incontestada dentro do sistema econômico capitalista e dentro do sistema político interestatal”.²⁷

Num período mais atual, a respeito do protecionismo dos países centrais, segundo Sérgio Saba: “A política agrícola protecionista praticada tanto nos Estados Unidos quanto nos países europeus afetava diretamente as possibilidades de exportações dos países em desenvolvimento”.²⁸

O liberalismo econômico e o “livre”-mercado foram apregoados somente quando os interesses econômicos dos países desenvolvidos lhes convinham. Quando necessário, esses mesmos países praticavam o protecionismo: “Em virtude dos choques do petróleo, em 1973 e 1979, muitos países desenvolvidos passaram a praticar abertamente o protecionismo (...), em detrimento do liberalismo comercial que defendiam formalmente no âmbito do GATT”.²⁹

Essas “práticas de índole protecionistas dos países desenvolvidos feriam gravemente os interesses de muitos países em desenvolvimento, que passavam, pouco a pouco, a incluir produtos manufaturados em suas pautas de exportação”.³⁰

A desigualdade econômica e financeira é mantida através da implementação de formas cada vez mais sofisticadas de “barreiras à entrada” dos países da periferia do sistema.

O “Estado mínimo”, por exemplo, tão propalado pelos neoliberais, é mínimo na promoção da saúde, da educação, dos gastos sociais, etc., mas é máximo na garantia dos privilégios das elites financeiras, na efetivação de privatizações ou internacionalizações de empresas ou recursos naturais de um país a preços subvalorizados. Como no caso do Brasil.

Na repressão aos sindicatos e, no caso de rebeliões, é máximo na utilização do monopólio da força. O grande paradoxo e a grande hipocrisia do Estado mínimo neoliberal, como chama atenção o professor Lejeune Mirhan, é que ele é extremamente autoritário. Só não o é em relação as já citadas elites políticas, econômicas e financeiras subservientes. O que está por trás de tais pregações são os interesses, sejam eles nacionais ou internacionais.

Capitalismo de Estado e a histórica relação ente Estado e capitalismo. Uma brevíssima análise

Sarkar utilizou o termo “capitalismo de Estado”. Entretanto vamos recorrer brevemente a alguns autores para mostrar que o capitalismo, desde suas origens, esteve fortemente relacionado com os poderes monárquicos que foram, gradativamente, formatando e delineando o que veio a se tornar os poderes nacionais e estatais.

²⁵ (Fiori, 2004, p. 45)

²⁶ (Fiori, 2004, p. 45)

²⁷ (Fiori, 2004, p. 36)

²⁸ (2002, p. 91)

²⁹ (Saba, 2002, p. 91)

³⁰ (Saba, 2002, p. 91-92)

Para uma ampla compreensão histórica, sugiro a leitura completa dos artigos e livros referidos. Porém, o tema não é o objeto central do atual artigo. Caso o leitor queira alguns argumentos *iniciais e breves* a respeito do tema do atual item, selecionei alguns trechos de alguns autores.

O Estado é a entidade que figura como sendo a instituição que representa o poder político, o poder das guerras, das alianças, da defesa dos interesses de seus súditos e posteriormente cidadãos. Nessa linha: “A relação entre o poder e o dinheiro, ou entre os príncipes e os banqueiros, é muito antiga e remonta às cidades do norte da Itália, onde nasce o sistema bancário moderno ligado ao comércio de longa distância e à administração das dívidas do Vaticano”.³¹

Fiori cita diversos exemplos históricos dessa relação: como no financiamento das guerras de Eduardo III da Inglaterra pelos banqueiros de Siena em 1339; ou como na relação do rei da Espanha Carlos V com os banqueiros alemães, que financiaram também suas guerras.

Nessa relação entre os príncipes (que futuramente iria metamorfosear-se no Estado) e os banqueiros “forja-se uma complementaridade de visões e interesses cada vez maiores” onde “o príncipe vê na riqueza do comerciante e do banqueiro o financiamento que precisa para as guerras, e os banqueiros descobrem nos empréstimos para as guerras uma máquina multiplicadora de dinheiro”.³²

Giovanni Arrighi também segue a mesma linha ao citar o historiador Fernand Braudel e o sociólogo Max Weber. Segundo Arrighi: “a visão convencional das ciências sociais, do discurso político e dos meios de comunicação de massa é que capitalismo e economia de mercado são mais ou menos a mesma coisa, e que o poder do Estado é oposto a ambos. Braudel, ao contrário, encara a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependentes do poder estatal”.³³

E, segundo o próprio historiador Fernand Braudel: “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, *quando é o Estado*”.

Esse processo teria ocorrido nas cidades-Estados italianas de Veneza, Gênova e Florença, onde o poder se concentrava nos detentores da riqueza; na Holanda durante o século XVII, com uma forte associação entre a “aristocracia dos Regentes” e os “negociantes, mercadores e emprestadores de dinheiro”; e também na Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra, que marcou uma ascensão dos negócios semelhante à da Holanda”.³⁴

E, finalmente, também citado por Arrighi, destaca-se a afirmação de Max Weber, de que um “fator fundamental para a criação do capitalismo moderno” foi a “memorável aliança entre os Estados em ascensão e as forças capitalistas, disputadas e privilegiadas”.³⁵

Poder estatal, poder público e democracia econômica

Porém, dentro da esfera estatal, segundo Sarkar, “o controle do Estado, não significa o controle do povo” (1996). Nesse sentido nós podemos dizer que o controle do Estado é representado pelo poder estatal e o controle do povo (sociedade ou população organizada) é representado pelo poder público.

Apesar do que, é importante frisar que em Prout existe uma relação entre o mercado, o poder público e o poder estatal, conforme analisado no item “Prout, Estado forte, sociedade organizada e Tempo Livre”, no final do atual artigo.

Poder público é o que representa a ideia de Prout de descentralização econômica ou de socialização das atividades econômicas.

Segundo Emir Sader, teríamos dois exemplos de esfera pública no Brasil, o orçamento participativo que teve a experiência embrionária em Porto Alegre e a organização dos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Muitos deles seriam “casos notáveis de êxito, inclusive econômico. Todas essas iniciativas mantêm alguma forma de relação com o Estado, mas não são engolidas por ele”.

A descentralização econômica está diretamente relacionada com o poder público. Mas é importante destacar novamente que Prout não propõe o fim do Estado ou dos governos. Segundo Sarkar: “Na democracia econômica, o poder político e o poder econômico formam uma bifurcação. Isto é, Prout prega a centralização política e a descentralização econômica”.³⁶

Enquanto o poder político deve ficar nas mãos das pessoas baseadas em moralidade, “o poder econômico deve ficar a cargo das pessoas locais”.

³¹ (Fiori, 2004, p. 30)

³² (2004, p. 30)

³³ (Arrighi, 1994, p. 10)

³⁴ (*apud* Arrighi p. 11-12)

³⁵ (*apud* Arrighi, 1994, p. 12)

³⁶ (Sarkar, 2009, p. 192)

E, dentro desse processo, “a principal meta do governo consiste em remover as dificuldades e os obstáculos que impedem o povo de atender suas necessidades econômicas”.³⁷ Vale destacar que Sarkar menciona que é uma tarefa do “governo” remover as dificuldades para a efetivação da descentralização econômica.

Poder político centralizado não significa que ele seja absoluto ou ditatorial, mas sim representativo, ou seja, algumas pessoas serão eleitas para auxiliar na consolidação dos projetos que envolvem os desejos da sociedade organizada.

Para isso é importante que seja levado em conta o caráter desses representantes do povo e que haja também uma garantia de que caso esses representantes não cumpram com o que prometeram, sejam retirados dos seus cargos num prazo anteriormente estipulado.

O poder econômico descentralizado diminui a esfera de influência e de atuação dos políticos e transfere poder para a sociedade organizada. Dessa forma o poder dos políticos se torna mais limitado e menos importante, se transformando num auxiliar das decisões tomadas pela população local organizada.

O Estado precisa ter poder para ir, gradativamente, transferindo poder a população. Nessa linha, segundo Sarkar: “Os poderes relacionados com a descentralização econômica devem ficar sob o controle dos estados ou das respectivas câmaras estaduais. Se isto não for alcançado, não será possível a esses estados materializarem os seus programas econômicos de forma descentralizada”.³⁸

Entretanto, a descentralização econômica é apenas um requisito de outro conceito mais amplo: a democracia econômica.

Mas, o que é a democracia econômica? É um princípio que defende a transferência do poder econômico e do poder de decisão para as mãos das pessoas de uma região. Fora isso, vale frisar que, segundo uma perspectiva proutista, democracia política sem democracia econômica, não faz sentido. Por isso, a conquista da democracia econômica é a conquista da verdadeira democracia.

Além do conceito exposto, Sarkar apresentou quatro requisitos para que haja democracia econômica:

1. Garantia de que as necessidades mínimas (de alimentação, vestimenta, moradia, saúde e educação) estejam disponíveis para todos. “Deve-se garantir educação gratuita aos estudantes em geral, até o nível superior, emprego para toda a juventude, mecanismos de irrigação para os agricultores e cesta básica barata para todos os trabalhadores”.³⁹
2. Os salários devem ser crescentes e o poder de compra de produtos e serviços também.
3. Economia descentralizada. Os habitantes locais devem ter o direito de tomar todas as decisões a respeito da economia local.
4. Pessoas de fora da região não devem interferir nos negócios de cada economia local.

Entretanto, existe um método para se alcançar a descentralização econômica (terceiro requisito para a existência de uma democracia econômica como visto logo acima) que passa por dois pilares: pilar 1. a formação de unidades socioeconômicas (USEs); pilar 2. A socialização das quatro atividades econômicas (indústria, agricultura, comércio e finanças).

Pilar 1. Formação de unidades socioeconômicas

A principal medida para se alcançar a descentralização econômica é a criação de unidades socioeconômicas (USE) com o objetivo de se tornarem unidades socioeconômicas autossuficientes (USEAS).

Mas, vale ressaltar, que a conquista da autossuficiência é extremamente difícil dependendo do país, da região, estado ou localidade em questão. Nesse ponto, o comércio internacional ou inter-regional é encorajado, não motivado pelo lucro, mas sim pelas necessidades de um local em conexão com o excedente de outro.

Essas unidades são como células vivas, com leis de entrada e saída de recursos (naturais, financeiros, humanos, etc.) de modo que a economia local se fortaleça e o povo se beneficie. Elas possuem seis características básicas que serão analisadas a seguir. São elas: 1.1 bases para a formação das USE; 1.2 povo local; 1.3 corpo político; 1.4 áreas; 1.5 comércio e trocas; 1.6 unificação entre as USEAS.

1.1 Bases para a formação das USE:

São elas:

1. Problemas econômicos em comum.

³⁷ (Sarkar, 2009: 192)

³⁸ (Sarkar, 2009, 162)

³⁹ (Sarkar, 2009: 167)

2. Aspectos geográficos comuns.
3. Potencial geográfico uniforme.
4. Similaridades étnicas.
5. Legados culturais.

Além dos cinco fatores citados, devem ser levados em conta os “recursos naturais, aspectos geográficos, clima, sistemas fluviais, transporte, potencial da indústria, herança cultural e condições sociais”.⁴⁰

É importante explicar em relação aos itens 4 e 5, que “o propósito da divisão, segundo similaridades étnicas e legados culturais, para a formação de zonas socioculturais e econômicas é acabar com a exploração, e não estimular tendências divisórias”.⁴¹

PROUT propõe a interação de culturas locais fortes e não a exploração de uma cultura pela outra. Essa exploração cultural e psico-econômica é que dá origem aos inúmeros movimentos separatistas no mundo.⁴²

A respeito dos idiomas, diz Sarkar: “nenhum idioma deve ser suprimido, e as expressões culturais devem ser sempre encorajadas, mas o idioma, por si só, não é uma base saudável para definir os limites das unidades socioeconômicas ou para formar uma sociedade integrada”.⁴³

“A base fundamental para a formação desses agrupamentos são os aspectos sociais, culturais e econômicos, e não os aspectos religiosos ou idiomáticos”.⁴⁴

Outros dois pontos adicionais importantes para a formação das USE são: 1) o povo local irá decidir a formação de tais unidades. 2) é importante que a USE tenha tamanho suficiente para criar estabilidade nos mercados locais e na economia em geral. Entretanto, quem é o “povo local”?

1.2 Povo local

São aquelas pessoas que estabeleceram seus interesses econômicos numa determinada região. Qualquer pessoa pode se estabelecer em qualquer USE. O fato dela estabelecer seus interesses econômicos numa USE, faz com que ela tome decisões de forma mais sincera e a possibilidade de exploração diminui.

O lucro das pessoas de uma determinada região deve ser reinvestido somente nessa região. Uma pessoa de fora pode influenciar nas decisões econômicas de um local, acumular riqueza e ir embora. Dessa forma estaria ocorrendo uma saída de riquezas da USE, o que gera empobrecimento local.

As USEs devem elaborar leis estritas para controlar a entrada e saída de recursos, visando sempre o bem-estar da USE e da sociedade como um todo. Segundo Sarkar: “quando os interesses socioeconômicos individuais coincidirem com os interesses socioeconômicos coletivos, cessará a evasão da riqueza econômica de uma região e a exploração será totalmente erradicada”.⁴⁵

O princípio do povo local defende que as regiões criem empregos para a população local, evitando que elas tenham que se deslocar de uma região para outra. Nesse sentido, “é preferível que as pessoas não saiam de sua região para obter emprego. Há suficientes oportunidades de emprego em cada unidade socioeconômica”.⁴⁶

1.3 Corpo político

Geralmente uma unidade política seria equivalente a uma USE, mas em alguns casos uma unidade política pode ser constituída por mais de uma USE. E para facilitar o planejamento local, as USEs devem ser divididas em regiões menores denominadas Áreas.

A esse respeito, diz Sarkar: “Assim, em certos casos, uma unidade política pode ser dividida em duas ou mais unidades socioeconômicas. Isto é, pode haver mais de uma unidade socioeconômica em uma unidade política. Esta abordagem permite que diferentes unidades socioeconômicas se desenvolvam de forma compatível com o seu potencial”.⁴⁷

⁴⁰ (Sarkar, 2009: 22)

⁴¹ (Guia de Estudo de Prout, 2000)

⁴² “Vemos muitos movimentos mundiais em prol da independência regional, econômica e cultural. O movimento pela independência da porção francesa no Quebec, Canadá; a insurgência ‘zapatista’ e guatemalteca de pobres nativos maias; o movimento republicano irlandês, diversos conflitos sangrentos na África pós-colonial, rebelião dos curdos no Iraque e muitos outros. Muitas das fronteiras políticas existentes foram estabelecidas para permitir que os colonizadores dividissem a região e a conquistassem”. (Guia de Estudo de Prout, 2000: 43)

⁴³ (Sarkar, 2009: 166)

⁴⁴ (Sarkar, 2009: 163)

⁴⁵ (1996)

⁴⁶ (Sarkar, 2009: 166-167)

⁴⁷ (2009: 29)

Mas, vale frisar que “na maioria dos casos, cada unidade socioeconômica corresponderá a uma unidade política, mas, em outros casos, duas ou mais unidades socioeconômicas poderão constituir uma unidade política”.⁴⁸

1.4 Áreas

Constituídas de cerca de 10 mil a 200 mil habitantes. A divisão das USEs em áreas deve levar em consideração características econômicas, geográficas e populacionais. Cada área deve buscar a auto-suficiência e será livre para desenvolver seu próprio plano econômico.⁴⁹

1.5 Comércio e trocas

Nesse tópico, as matérias primas merecem um destaque especial. As matérias primas de uma região em particular: 1. Não devem ser exportadas e sim permanecer naquela região para refinamento e manufatura. 2. O refinamento, a manufatura e a utilização da matéria prima devem ser feitos o mais próximo possível da fonte. 3. As pessoas que vivem próximas de fontes de matérias primas devem ser seus beneficiários de direito.

A exportação de matérias primas prejudica o desenvolvimento industrial local e conseqüentemente prejudica a geração de novos empregos e a vitalidade da economia; e, conseqüentemente, encoraja a superindustrialização na área recebedora.⁵⁰

Segundo Sarkar: “Se houver superprodução de bens não-perecíveis ou de matérias-primas, não deve ser permitida sua exportação. Ao invés disso, a matéria-prima deve ser convertida em produtos manufaturados no local onde ela estiver disponível”.⁵¹

Sarkar destaca também a relação entre o capitalismo e as matérias primas, visto que nesse sistema “o planejamento não está voltado para o bem-estar coletivo, mas sim para os interesses de indivíduos ou grupos. A principal característica da exploração capitalista é que os capitalistas detêm o controle das matérias-primas de uma região, com vistas à obtenção de lucro”.⁵²

Mas as USEs não são entidades isoladas, elas podem e devem realizar comércio e trocas com outras USEs, mas somente em determinadas condições que são explicadas nas leis de comércio entre as USEs. Essas leis têm o propósito de beneficiar todas as partes envolvidas no comércio ou na troca, e, para tanto, devem possuir cinco princípios:

Princípio 1. Cooperativas - As transações entre as USEs devem ser conduzidas somente através de cooperativas. Segundo Sarkar: “as mercadorias devem ser exportadas de uma região ou unidade socioeconômica para outras regiões ou unidades por meio de cooperativas”.⁵³

O comércio deve ser organizado de modo a distribuir mercadorias através da conexão entre cooperativas de produtores e de consumidores. Isso evita o surgimento de uma classe de ricos comerciantes e de intermediários.

Princípio 2. Exportação e importação de matérias primas - “Se as matérias primas forem insuficientes em qualquer USE para prover os requisitos mínimos às pessoas do local, os recursos naturais necessários poderão ser importados de outra USE, desde que se verifique cuidadosamente que os recursos naturais desta última sejam excedentes”.⁵⁴

Princípio 3. Exportação de produtos finais (manufaturados ou industrializados) - Quando uma USE se torna uma USEAS (unidade socioeconômica auto-suficiente) os artigos excedentes podem ser exportados, mas somente para uma USE que não tenha oportunidade imediata ou potencial para produzi-los, com vistas a satisfazer as carências das pessoas daquela unidade. A exportação de produtos não deve ser motivada pelo lucro.

Princípio 4. Importação de produtos finais - Quando uma USE se tornou uma USEAS, os produtos finais que não são nem podem ser facilmente produzidos, devem ser permitidos a entrar numa USEAS, para não prejudicar o mercado de produtos locais. É bom que esse tipo de comércio se dê através de permuta.⁵⁵

⁴⁸ (Sarkar, 2009: 164)

⁴⁹ O texto sobre Planejamento de Área encontra-se em: <[Democracia Econômica parte 2 – Planejamento de Área, a base da descentralização econômica – Associação Proutista Universal](#)>

⁵⁰ Ainda dentro desse assunto, vale-se destacar o conceito de “complexidade econômica” e “sofisticação produtiva. Para tanto, recomenda-se a obra de GALA, Paulo. “Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações”. Rio de Janeiro: Contraponto. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2017. 1 ed.

⁵¹ (2009: 101)

⁵² (Sarkar, 2009: 162)

⁵³ (2009: 183)

⁵⁴ (Sarkar, 1996)

⁵⁵ Sobre as trocas, ver a seguir o texto referente às Redes de Trocas Solidárias.

Princípio 5. Comércio e troca entre USEAS - "Quando uma infraestrutura se desenvolve para a troca de produtos manufaturados, o livre comércio do excedente de produtos industrializados entre USEAS, deve ser encorajado. Quando isso acontecer, as USEAS podem começar a se unificar. Isso é positivo, caso a produção descentralizada e a democracia econômica não sejam prejudicadas".⁵⁶

Dentro do espírito de comércio justo entre as USEAS, vale a pena mencionar uma experiência prática que vem sendo realizada em diversos países, as chamadas Redes de Trocas Solidárias.

As redes de trocas solidárias

Segundo o Mutirão Abaporu⁵⁷ uma rede de trocas solidária "é uma organização que promove o intercâmbio de produtos e serviços entre as pessoas, onde se privilegiam os valores humanos e sociais sobre a especulação e as condições materiais".

As redes de trocas solidárias são formadas por Mutirões, que podem ser encontrados em diferentes bairros e cidades do país. Lá as pessoas se reúnem a fim de adquirir produtos e serviços sem a intervenção do dinheiro e sim por meio da troca recíproca entre seus participantes.

O meio utilizado para a realização das trocas é a moeda social, que "equivale a uma hora de trabalho manual ou intelectual".

A moeda social recebeu diferentes nomes em diversos países: dinheiro verde na Austrália, lets na Inglaterra, sel na França, hours no Canadá e Estados Unidos, traloc e boja no México, crédito na Argentina; no Brasil recebeu o nome de tupi no Rio de Janeiro e de bônus em São Paulo.

Ainda segundo o mutirão Abaporu "A moeda social não é um sistema alternativo e sim complementar à economia". Além disso ela não está ligada a nenhuma taxa de juros e, portanto, "não interessa a ninguém guardá-la, entesourá-la; interessa sim, trocá-la continuamente por bens e serviços que venham responder às nossas necessidades".

Além de não ser atrelada a uma taxa de juros, ela também "não será inflacionária nem jamais poderá ser usada para especulação".

As Redes de Trocas Solidárias são um importante passo para a conquista da auto-suficiência de uma determinada região, uma vez que ela estimula a circulação de produtos e serviços entre as pessoas de uma mesma localidade.

Além disso, a moeda social, pela forma como ela é utilizada, impossibilita a especulação ou a acumulação, o que é ressonante com um princípio de PROUT: o de "manter o dinheiro em circulação".⁵⁸

Segundo Sarkar, o valor do dinheiro aumenta mais na medida em que ele circula.

1.6 Unificação entre as USEAS

As USEAS (unidades socioeconômicas autossuficientes) menores devem, aos poucos, se fundirem com as outras USEAS maiores, para formar unidades cada vez mais amplas. Por isso a troca de produtos finais entre USEAS, deve ser encorajada, pois ela facilita o processo de unificação, que é uma meta em PROUT. Mas para que ocorra a unificação, alguns fatores são necessários para formar a base desse processo: 1) paridade econômica entre as USEAS; 2) miscigenação cultural; 3) facilidades de comunicação; 4) eficiência administrativa.

Se a unificação ocorrer sem uma base apropriada, uma das USEAS será prejudicada. Com a "união" de forma desigual, acaba ocorrendo uma saída de riquezas da USE que tem a economia mais fraca.

Nesse processo, "o tamanho das unidades socioeconômicas de PROUT estará sempre em expansão. As unidades menores se fundirão umas com as outras, para formar unidades cada vez maiores. Chegará um dia em que todo o Sudeste asiático se tornará uma única unidade".⁵⁹

Lembrando que o processo da descentralização econômica, para ser efetivado, se fundamenta em dois pilares. O primeiro pilar, que acabou de ser analisado, é a formação das USEs e suas diversas leis; o segundo pilar vem a seguir, diz respeito à socialização das atividades econômicas.

Pilar 2. Socialização das atividades econômicas

Para realizar a descentralização econômica a socialização das atividades econômicas (indústria, agricultura, comércio e finanças) é fundamental. Mas como socializar esses setores da economia?

⁵⁶ (Sarkar, 2009: 164)

⁵⁷ Fonte: Rede Abaporu <<http://br.dir.groups.yahoo.com/group/redesolidaria/message/307>> (não mais disponível na web)

⁵⁸ (Sarkar, 1996)

⁵⁹ (Sarkar, 2009: 168)

Socialização do setor industrial: a estrutura industrial tríplice de PROUT

PROUT propõe a organização das empresas em três níveis: grandes, médias e pequenas que corresponderiam às empresas estatais (ou estratégicas), cooperativas e privadas.

Essas três categorias devem interagir e funcionar segundo determinados princípios. Atualmente fala-se no dilema entre indústrias privadas ou estatais, e existe também as parcerias público-privadas (as PPPs). Tanto as estatais como as privadas têm o poder econômico centralizado. Como já foi dito anteriormente, o objetivo é a descentralização do poder econômico que acarreta num fortalecimento da esfera pública. Para isso, a estrutura industrial tríplice de PROUT defende que o sistema cooperativo seja central e predominante nesse processo (o ideal seria 70% da economia), ficando as empresas estatais e privadas abrangendo uma área menor do setor industrial.

Nível 1. Indústrias estratégicas - Indústrias de grande porte

Diretrizes e características: 1. Devem funcionar baseadas no lema “sem lucro, sem prejuízo”. 2. São controladas pelo governo local que terá de providenciar energia suficiente à produção industrial. 3. Alimentarão as outras indústrias (cooperativas e privadas) com o fornecimento de matéria prima e energia. A produção de energia enquadra-se na categoria de indústrias chave. 4. São indústrias de capital intensivo.

Nível 2. Sistema cooperativo - Indústrias de médio porte.

Diretrizes e características: 1. As cooperativas necessitam da proteção do governo. 2. Elas eliminam o relacionamento do tipo empregador-empregado. 3. As cooperativas são responsáveis pela produção das necessidades básicas.

Temos como exemplo concreto no Brasil, a experiência de auto-gestão de empresas, onde funcionários de firmas falidas tomaram conta das fábricas reativando-as na forma de cooperativas. As empresas de auto-gestão criaram cerca de 15 mil empregos diretos e 70 mil indiretos.⁶⁰

É importante frisar que o sistema cooperativo na estrutura tríplice de PROUT é predominante, pois o setor de indústrias de médio porte deve ocupar grande parte desse setor da economia (70%). A esse respeito, diz Sarkar: “O setor cooperativo será o principal setor da economia. As cooperativas constituem o melhor meio de tornar as pessoas locais independentes, garantindo a sua subsistência e capacitando-as a controlar a sua prosperidade econômica”.⁶¹

Mas existe um desafio a estes empreendimentos populares, visto que “as cooperativas são forçadas a competir com os monopólios capitalistas nos mercados locais, e o direito de pessoas do local sobre as matérias primas não são reconhecidos. Tais circunstâncias têm minado o sucesso do movimento cooperativo em muitos países do mundo. Por outro lado, a descentralização econômica é um dos principais requisitos para o sistema cooperativo ser bem-sucedido”.⁶²

Além disso, “o governo local deve promover o desenvolvimento econômico das cooperativas”⁶³ e “indústrias chaves e indústrias cooperativas se complementarão mutuamente”.⁶⁴

As Cooperativas Mondragón

O grupo de cooperativas Mondragón, na região Basca do norte da Espanha, é considerado como o modelo cooperativo mais bem desenvolvido do mundo.

José María Arizmendiarieta, um padre católico, chegou na região na década de 1940, quando ela ainda estava devastada pela guerra civil espanhola. Buscando um jeito de melhorar a vida das pessoas de uma forma prática pela criação de empregos, ele estudou os movimentos cooperativos na Grã-Bretanha e na Itália. Viu neles um modo não violento de unir trabalhadores e proprietários.

A corporação abriu fábricas em outros continentes; no fim de 2009, ela empregava mais de 85 mil pessoas e o valor total dos seus bens chegou a 33,3 bilhões de euros (US\$ 45,6 bilhões).⁶⁵

⁶⁰ Segundo artigo da Folha de São Paulo de 8 de agosto de 1999. Vale pesquisar sobre a ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão. Site: <www.anteag.org.br>.

⁶¹ (Sarkar, 2009: 181-182)

⁶² (1996)

⁶³ (Sarkar, 2009: 181)

⁶⁴ (Krtashivananda, 1986)

⁶⁵ (Maheshvarananda, 2015. p. 111)

Os benefícios de ser um membro da cooperativa são impressionantes. Por 30 euros ao mês, todos os membros e suas famílias têm cobertura completa de um plano de saúde. Por 15 euros mensais, os membros podem colocar seus filhos na melhor escola privada, que também funciona como uma cooperativa. Existe um subsídio para a moradia e, o mais importante, os membros têm estabilidade de emprego por toda a vida. Se por alguma razão a cooperativa precisar dispensar trabalhadores, eles serão transferidos para outra cooperativa. Das 120 cooperativas, somente 12 perderam dinheiro em 2005 e, no total, 110 trabalhadores tiveram de ser realocados para outras cooperativas.⁶⁶

Uma diferença salarial, de três para um, durou por mais de 20 anos. Entretanto, para evitar perder a sua alta gerência para as empresas privadas, a Corporação Mondragón elevou os salários mais altos para 4,5 vezes mais que o mínimo, na maioria das cooperativas, e o Diretor Executivo ganha 9 vezes mais que o mínimo, ou 126 mil euros (US\$ 173 mil) ao ano – o que representa uma pequena fração do salário do Diretor Executivo da maioria das empresas multinacionais.

Cada cooperativa tem uma assembleia geral de todos os membros, que decide as políticas e estratégias gerais da cooperativa, indica e destitui por voto secreto os membros do seu Conselho Diretor e do Órgão Fiscal. O Conselho Diretor por sua vez indica o diretor administrativo e os outros membros da equipe.⁶⁷

Segundo Maheshvarananda, “é triste que a expansão da Mondragón em outros países não reflita os seus princípios cooperativos. Nenhuma das suas 75 fábricas e instalações em outros continentes e países, que empregam 13.400 trabalhadores, são geridas como cooperativas”.⁶⁸

Em entrevista ao autor do livro sobre Prout “Após o Capitalismo”, Dada Maheshvarananda, Noam Chomsky disse: “O maior conglomerado que é de propriedade dos trabalhadores é Mondragón, no país Basco [Espanha]. São indústrias, bancos, escolas, comunidades – uma configuração muito ampla – que pertencem aos trabalhadores, mas não são geridos pelos trabalhadores”.⁶⁹

Vale ressaltar que existem inúmeras críticas ao modelo cooperativo de Mondragón, do ponto de vista da perspectiva do cooperativismo popular, conforme o proutista Ary Moraes (ex secretário de fomento da Secretaria Nacional de Economia Solidária do governo Lula e Dilma; e ex secretário de Desenvolvimento do município de Teresópolis), entretanto, vale ressaltar que o sistema cooperativo de Mondragón, sobrevive arduamente dentro de um ambiente empresarial capitalista monopolista e concorrencial ao mesmo tempo. É por esse motivo que Sarkar diz que a descentralização econômica e o sistema cooperativo precisam um do outro, mutuamente.

Nível 3. Indústria de pequeno porte

Diretrizes e características: 1) produzirão itens não essenciais. 2) poderão ser possuídas por indivíduos ou famílias. 3) seu tamanho e crescimento devem ser controlados. Caso elas cresçam acima do limite estipulado para uma empresa de pequeno porte, elas terão que se transformar em cooperativas (essa medida impede a concentração do poder econômico).

A respeito das empresas de pequeno porte, diz Sarkar: “A maioria das microempresas e das empresas de fundo de quintal deverá ficar sob o controle de proprietários individuais. Indústrias de pequeno porte devem produzir artigos não-essenciais, tais como os artigos de luxo. Apesar de serem empresas privadas, as mesmas precisam se ajustar ao setor cooperativo, para assegurar a economia equilibrada”.⁷⁰

E, do ponto de vista das indústrias como um todo, vale destacar que “o capitalismo jamais apoiará a descentralização, porque a produção capitalista visa à maximização do lucro. A centralização significa orientar a indústria para o lucro, enquanto a descentralização significa orientar a indústria para o consumo. (...) A máxima de Prout é: *Produzir para o consumo e não para o lucro*”.⁷¹

2.2 Socialização da agricultura

A atividade agrícola no Brasil está altamente concentrada devido à alta concentração das terras. Geralmente, os latifundiários (ou o setor do agronegócio) plantam e vendem grãos somente para a obtenção de lucro. Esses grãos são na sua maioria exportados (geralmente para virar ração de animais) enquanto que a população local passa fome.

⁶⁶ (Maheshvarananda, 2015. Pp. 112)

⁶⁷ (Maheshvarananda, 2015. Pp. 111-115)

⁶⁸ (Maheshvarananda, 2015. Pp. 111-115)

⁶⁹ (Maheshvarananda, 2015: 300)

⁷⁰ (2009: 181-182)

⁷¹ (Sarkar, 2009: 186)

De acordo com os princípios da descentralização (que serão vistos mais para o final desse artigo), a população local passa a ter o direito ao controle e à utilização dos recursos locais. No caso da agricultura, os grãos e alimentos produzidos seriam utilizados para o consumo dos habitantes locais.

Prout propõe que a atividade agrícola seja administrada por cooperativas. Além disso, a construção de indústrias agrícolas no campo é defendida em Prout como uma forma de aumentar o padrão de vida do camponês, gerar emprego e diminuir a grande concentração populacional nos grandes centros urbanos. Somasse a isso, Sarkar defende que “numa economia descentralizada, a agricultura deverá ter o mesmo *status* da indústria”.⁷²

E, para finalizar, segundo Sarkar: “Para alcançar a descentralização, terras agrícolas devem ser administradas através do sistema cooperativo. Entretanto, não seria sensato mudar repentinamente todas as terras para a administração do sistema cooperativo, porque as cooperativas evoluem a partir do esforço coletivo e da sabedoria da comunidade”.⁷³

Para a organização de cooperativas “a comunidade deve ter um ambiente econômico integrado, necessidades econômicas comuns e mercado certo para os bens produzidos [pelas] cooperativas. A menos que esses três fatores se combinem simultaneamente, um empreendimento não pode ser chamado de cooperativo”.⁷⁴

Princípios proutistas da revolução agrária foram e estão sendo implementados na China

Em 1978, a população rural chinesa, que vivia abaixo da linha de pobreza, era de 770 milhões. Em 2018 passou a ser de 16,6 milhões. Além disso, a “incidência da pobreza rural na China” passou de 97,5% para 1,7%, em novembro de 2020.⁷⁵ Vale destacar que, dentre as inúmeras medidas implementadas pelo “socialismo de mercado com características chinesas” (eles têm, por exemplo, o equivalente a 30 BNDESs – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - em funcionamento), algumas seguiram à risca ideias proutistas expostas por Sarkar desde 1959.

Elas são ressonantes aos princípios da revolução agrária e a socialização da agricultura (lembrando que, como citado, Deng Xiaoping convidou Sarkar para dar palestras de Prout na China em 1988).

Segundo Elias Jabbour, 130 bilhões de reais foram investidos no desenvolvimento da agroindústria em condados pobres na China. Além disso, foram criadas 2.4 milhões de cooperativas camponesas e mais de 300.000 agroindústrias instaladas em municípios que antes eram empobrecidos.

2.3 Socialização de comércio e trocas

A socialização desse setor da economia ocorreria através da criação de cooperativas de consumidores e de sua conexão direta com as cooperativas de produção, evitando a existência de intermediários que apenas visam lucro.

Num sistema proutista, “para atender às necessidades complementares entre as unidades socioeconômicas, o sistema de trocas deve ser incentivado. O sistema de exportação adotado nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento encoraja a competição desleal, drenando os recursos escassos e levando à exploração”.⁷⁶

Isso se deve ao não seguimento dos princípios de troca de matérias primas, como já mencionado. Esse comércio desequilibrado, onde num polo temos países superindustrializados e, no outro, países predominantemente agrícolas ou exportadores de *commodities*, leva a uma evasão de divisas de um país para outro.

Nesse sentido, “a evasão de dinheiro de uma região para outra também deve ser interrompida, caso contrário, a renda *per capita* da unidade socioeconômica não poderá aumentar. Toda unidade socioeconômica deve utilizar cem por cento da receita governamental ou estatal arrecadada em sua própria área até que a renda *per capita* se nivele à da área mais desenvolvida do país”.⁷⁷

⁷² (2009: 181)

⁷³ (2009, p. 112)

⁷⁴ Sarkar então descreve as quatro fases de implementação das cooperativas agrícolas (2009: pp. 112-114). A socialização da agricultura faz parte de um processo mais amplo em Prout, denominado de revolução agrária. Sobre o assunto, ver Sarkar, Democracia Econômica, 2009: pp. 107-124. Capítulo 13. Revolução Agrária. E Capítulo 14. Implementação das Cooperativas Agrícolas.

⁷⁵ Fonte Site Le Monde Diplomatique Brasil: <<https://diplomatique.org.br/china-exito-na-retomada-economica-e-na-luta-contr-a-extrema-pobreza/>>

⁷⁶ (Sarkar, 2009: 167)

⁷⁷ (Sarkar, 2009: 167)

2.4 Socialização das finanças

O setor de finanças no sistema capitalista é voltado para o enriquecimento de poucos. Os bancos fazem empréstimos não se importando como o dinheiro será utilizado. Ao invés de atuar de modo a beneficiar a sociedade e manter a vitalidade da economia, apenas realizam operações que dão lucro às classes dominantes e a eles mesmos.

É importante frisar que o problema não são os bancos, mas sim sua finalidade. Os bancos são “intermediários financeiros” que cobram taxas (como os “pedágios”) para guardar dinheiro e para transferi-los. Mas, com o passar do tempo, esses intermediários (os bancos) começaram a acumular muita riqueza, e se associaram aos detentores do poder financeiro e a influenciar politicamente nos destinos da sociedade em geral.

Como pudemos ver na crise de 2008, “os lucros são privados, mas os prejuízos são socializados”. Trilhões de dólares dos bancos centrais foram utilizados para salvar os bancos e o desemprego e a crise continuaram. Enfim, não se sabe o destino de todo esse dinheiro.

Prout propõe que o sistema financeiro funcione através do sistema cooperativo.⁷⁸ A função principal dos bancos é: “manter o dinheiro em circulação” (como no caso da moeda social). Para isso, os empréstimos devem ser feitos para empreendimentos produtivos.

Segundo Sarkar, “o sistema bancário deve ser administrado pelo sistema cooperativo. O banco central ou federal deve ser controlado pelo governo local ou imediato”.⁷⁹

É claro que é necessária uma política de juros baixos para estimular a produção e estimular pequenos e médios produtores. Esse sistema é muito bem efetivado através das diversas experiências de microcrédito⁸⁰, Banco do povo⁸¹ ou como o Banco de Palmas.⁸² Nas cooperativas de crédito, os lucros (chamados de “sobras”) são repartidos pelos clientes, que também votam na escolha dos membros da diretoria da cooperativa.

Na experiência do Banco de Palmas por exemplo, eles utilizam a moeda social palmá. Essa moeda só pode ser utilizada na região, o que levou o aumento do emprego local.

Ao invés de comprar um produto de fora da região (em geral de grandes companhias que vendem em supermercados), a utilização da moeda social palmá incentivou a produção e o consumo de produtos locais, evitando assim a evasão de recursos, um dos princípios das leis de entrada e saída das USEs.

Mas o sistema bancário tem sua função. A questão é se perguntar: mas para quem eles estão trabalhando? Em benefício de quem? Nesse sentido “o sistema bancário deve ter sua existência assegurada, caso contrário, o dinheiro não terá mobilidade. Se as pessoas se opuserem ao sistema bancário, por interesses pessoais ou por quaisquer outros sentimentos, a economia de seu país permanecerá na Idade das Trevas”.⁸³

Diante do rentismo que se observa hoje em dia no Brasil, vale destacar uma máxima proutista que defende que “quanto mais o dinheiro trocar de mãos, maior será o seu valor econômico. Quanto maior for o valor do dinheiro, maior será a prosperidade individual e coletiva”.⁸⁴

Os 5 princípios de descentralização econômica segundo Sarkar

1. *Todos os recursos de uma USE devem ser controlados por moradores da região.* A população deve ser a responsável pela elaboração de um plano econômico que vai determinar como os recursos naturais da região serão utilizados. O chamado planejamento de área.
2. *A produção deve ser dirigida para o consumo e não para o lucro.* Deve ser produzido aquilo que a população local necessita e que possa comprar através do seu salário. Esse princípio, mais o da democracia econômica, que defende que o poder de compra deve ser crescente, garante que todos tenham acesso às necessidades básicas.

⁷⁸ No Brasil, vale citar o SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) - o maior sistema financeiro cooperativo do Brasil. “Formado por cooperativas de crédito, além de empresas de apoio especializadas, o Sicoob é hoje o maior sistema financeiro cooperativo do país, com mais de 4,6 milhões de cooperados e atuação em todos os estados do Brasil. Fonte: <<https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/sistema-sicoob>>

⁷⁹ (Sarkar, 2009: 23)

⁸⁰ Sugestão de pesquisa. Microcrédito do BNDES. Ver também sobre o microcrédito de Bangladesh, o Grameen Bank. <<http://www.grameen.com/>>

⁸¹ Sugestão de pesquisa. Banco do povo. Fonte: <<http://www.bancodopovo.sp.gov.br/>>

⁸² Sugestão de pesquisa, Banco de Palmas. “Instituto Palmas. O Instituto Palmas é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede em Fortaleza-CE, cujo objetivo é fazer a gestão do conhecimento e difusão das práticas de Economia Solidária do Banco Palmas (Banco popular do conjunto Palmeira). Fonte: <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/12311>>

⁸³ (Sarkar, 2009: 34)

⁸⁴ (Sarkar, 2009: 184)

3. *A produção e a distribuição devem ser organizadas através de cooperativas.* Como já foi dito anteriormente: “A descentralização econômica é um dos principais requisitos para o sistema cooperativo ser bem-sucedido”. E além disso segundo Sarkar “o sistema cooperativo e a descentralização econômica são inseparáveis”.⁸⁵

4. *As pessoas da região devem se empregar nos empreendimentos econômicos locais e as empresas locais devem dar emprego às pessoas da região.* “O desemprego só será solucionado se as pessoas da região estiverem plenamente empregadas na economia local”. (Sarkar, 1996)

Para a realização desse item, é necessária forte educação local para a capacitação das pessoas, de forma que elas se tornem habilitadas em todas as áreas.

5. *As mercadorias não produzidas no local devem ser abolidas do mercado local.* “Se isso for negligenciado, as indústrias locais gradualmente irão à falência, as pessoas da região perderão o controle do mercado e o desemprego aumentará”.⁸⁶

Esse processo recebe entre os economistas o nome de “substituição de importações”. O processo de substituição de importações significa parar de comprar produtos de fora e produzi-los internamente. Essa medida estimula que as diferentes USEs desenvolvam suas próprias indústrias e se tornem autossuficientes. Entretanto, quando não é possível, o comércio entre USEs pode ser realizado. Mas sempre com foco no consumo (demanda) e não no lucro.

É necessário um processo de adaptação para que o mercado local passe a produzir internamente os produtos que antes eram importados. “A população deve comprar inicialmente produtos locais mesmo que de pior qualidade, maiores preços e menor disponibilidade”.⁸⁷

Mas “retendo-se o capital dentro da USE e com boa vontade, a substituição dos produtos básicos que eram importados pode ser bem-sucedida”.⁸⁸

Prout, Estado forte, sociedade organizada e tempo livre

Na descentralização econômica o poder estatal estadual (ou, no caso do Brasil, municipal) *vis à vis* o poder federal, se fortalece em relação ao estado atual no Brasil.

“Os poderes relacionados com a descentralização econômica devem ficar sob o controle dos estados ou das respectivas câmaras estaduais. Se isto não for alcançado, não será possível a esses estados materializarem os seus programas econômicos de forma descentralizada”.⁸⁹

Além disso precisamos de um Estado Forte e não um Estado inchado.

Estado inchado

É centralizador, auxilia apenas as grandes empresas e não favorece a criação e fortalecimento de pequenas e médias empresas (que, em Prout seriam privadas e cooperativas respectivamente).

É corrupto, desvia verbas, exerce um sistema tributário regressivo (ou seja, que cobra mais das classes pobres e médias e pouco ou quase nada das classes mais altas), favorece política e economicamente as elites nacionais em detrimento do restante da sociedade, e, no caso dos países periféricos, os interesses das elites financeiras e econômicas internacionais; etc.

Estado Forte

É um estado que empodera a população (através de políticas de distribuição de renda, etc.), é forte no fornecimento de educação e saúde gratuita e de qualidade para a sociedade, de provisão de saneamento básico, obras de infraestrutura, segurança, um sistema penitenciário decente e humano, de investimento em ciência e tecnologia.

Tem a posse e o controle das empresas estratégicas e de grande porte e também dos seus recursos naturais, distribui renda através de um sistema tributário progressivo (ou seja, que cobra progressivamente mais dos mais ricos e menos da classe média e menos ainda das classes populares), controla o fluxo de capital para o setor financeiro (que só gera lucros para uma elite e não gera nenhum emprego) e o direciona para o setor produtivo, etc.

⁸⁵ (1996)

⁸⁶ (Sarkar, 1996)

⁸⁷ (Sarkar, 1996)

⁸⁸ (Sarkar, 1996)

⁸⁹ (Sarkar, 2009: 162)

Para mudanças políticas, sociais e econômicas na sociedade, alterações na Constituição seriam necessárias. Seja para implementar uma estrutura industrial tríplice, uma revolução agrária, um equilíbrio entre oferta e procura (numa produção voltada para o consumo e não para o lucro), etc.

O princípio da descentralização econômica necessita do empoderamento gradual da sociedade organizada e também de uma gradual transferência de poderes da esfera estatal para a esfera pública (como as cooperativas por exemplo).

Mas, para finalizar, esse empoderamento se torna praticamente impossível dentro de um quadro de exploração capitalista e falta de tempo livre para grande parcela da sociedade.

Quando possuem emprego, os trabalhadores em geral, passam cerca de 3 a 4 horas para chegar no trabalho, 8 horas de trabalho, e mais 3 a 4 horas para retornar para casa. Como ter tempo para desenvolver consciência político-socioeconômica (caso o/a trabalhador(a) queira) numa situação dessa? A conquista do tempo livre para a sociedade em geral, é algo a ser conquistado. Outras medidas, certamente, deveriam ir sendo tomadas para que tal meta fosse conquistada gradativamente.

Tempo livre segundo Karl Marx, Friedrich Engels, Sarkar e consciência político-socioeconômica

Um dos principais empecilhos para uma mudança do atual sistema é a falta de tempo livre para a população em geral. No caso de Prout, Sarkar defende que o uso da tecnologia seja canalizado, não apenas para um aumento da produtividade e muitas vezes, geração de desemprego (frutos da lógica central do sistema capitalista que é a maximização do lucro), mas sim, para que os trabalhadores aumentem sua renda (proporcionalmente ao aumento de sua produtividade) e possam trabalhar menos. O “tempo livre” pode ser utilizado para a família, o lazer, esportes, hobby, desenvolvimento de qualidades e potenciais mentais e espirituais, mas também para o desenvolvimento de consciência político-socioeconômica.

Um fator fundamental para a verdadeira democracia, na qual o cidadão terá tempo para acompanhar com mais afinco e entender mais a dinâmica política, econômica e social local e internacional. Isso possibilita que o cidadão possa participar mais ativamente da vida política local, não apenas através do voto periódico (que seria feito de forma mais consciente), mas também através de estruturas participativas, como o Orçamento Participativo e os comitês de planejamento de PROUT (um Planejamento Participativo).

Nessa mesma linha, segundo Karl Marx: “com a intensidade e produtividade do trabalho dada, o tempo em que a sociedade tem que dedicar à produção material é mais curto, e, em consequência disso, o tempo a sua disposição para o livre desenvolvimento intelectual e social do indivíduo é maior, proporcionalmente, o trabalho é mais e mais dividido entre todos os membros capazes da sociedade”.⁹⁰

E segundo Marx e Engels, enquanto a classe trabalhadora estiver ocupada com seu trabalho necessário “de modo que eles não tenham tempo livre para se ocupar de assuntos comuns da sociedade – assuntos de Estado, assuntos legais, etc. – enquanto isso for necessário, deverá existir constantemente, uma classe especial, livre do trabalho atual, para gerenciar esses assuntos; e essa classe nunca falhou, para sua própria vantagem, em impor um fardo cada vez maior de trabalho para as massas trabalhadoras”.⁹¹ E segundo Sarkar: “a racionalização da estrutura proutista significa menos trabalho, mais tempo disponível e lazer, e mais conforto”.⁹²

Segundo Sarkar: “Enquanto a economia popular se volta primariamente para a aquisição dos requisitos mínimos da vida, a psico-economia se volta para o aumento [do alimento] psíquico da mente do indivíduo e do coletivo através de uma atividade econômica apropriada”.⁹³

Nesse processo, “a economia popular será a principal preocupação de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, mas a psico-economia vai ganhar importância crescente no futuro, uma vez que os problemas de subsistência forem gradualmente resolvidos. Psico-economia será de grande importância numa economia altamente desenvolvida e mecanizada onde as pessoas irão trabalhar apenas algumas poucas horas por semana e tiverem muito tempo livre”.⁹⁴

Conclusão

Segundo Noam Chomsky, “Não se pode ter uma autêntica democracia política, sem uma democracia econômica que funcione”. (Em entrevista concedida ao autor do livro sobre Prout “Após o Capitalismo”)

⁹⁰ (Marx, 2007. p.581.)

⁹¹ (Marx e Engels, 2005. pp.188-189)

⁹² (Sarkar, 1961)

⁹³ (1986)

⁹⁴ (Sarkar, 1986)

Além disso, continua Chomsky: “O modelo cooperativo de Prout, baseado no compartilhamento dos recursos do planeta para o bem-estar de todos, merece o nosso sério reconhecimento”. (Prefácio da segunda edição do livro sobre Prout “Após o Capitalismo”)

Do ponto de vista prático, uma das principais iniciativas ressonantes ao princípio proutista da descentralização econômica é o Orçamento Participativo, onde parte do orçamento do município é decidido em fóruns com a presença da população organizada.⁹⁵

Sendo que a meta em Prout seria um “Planejamento Participativo”, que por sua vez, nos leva a outra iniciativa prática que tem relação com a formação de unidades socioeconômicas e a participação da sociedade no planejamento, que são os “Territórios da Cidadania”, inaugurados pelo governo Lula em 2008, no âmbito da Secretaria de Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Existe uma forte similaridade entre os princípios proutistas da descentralização econômica e o programa do governo Lula.⁹⁶ Aqui vão três pontos:

1) O princípio da descentralização econômica, tem como um pilar a reorganização dos países em unidades socioeconômicas com base em critérios econômicos, geográficos, étnicos e culturais (e não políticos). Nos Territórios da Cidadania “foram definidos conjuntos de municípios unidos pelas mesmas características econômicas e ambientais que tenham identidade e coesão social, cultural e geográfica”.

2) Além disso, Prout defende que o planejamento deva ser iniciado com foco nas camadas mais pobres da sociedade, e os 60 iniciais Territórios da Cidadania foram definidos para serem organizados em regiões cujas populações tivessem os menores índices de desenvolvimento humano (IDH).

3) O princípio da descentralização defende que “o poder econômico e o poder de decisão esteja nas mãos da população local”, ou seja, a sociedade organizada deve participar, junto com as câmaras estaduais ou municipais, do planejamento econômico referentes às suas localidades.

Nos Territórios da Cidadania o programa “trabalha com base na integração das ações do governo federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade”.

Nos Territórios da Cidadania o “plano de desenvolvimento” é elaborado por um “conselho territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade”.

Além disso, “a população de cada território discute com representantes dos governos federal, estadual e municipal as ações a serem adotadas na comunidade, levando em conta as características de cada região”.

Além disso, “a etapa de execução e controle das 6 mil obras e serviços, mais uma vez conta com a participação da população ativamente”.

Finalmente, o programa conclui com outro dado relevante: “todo controle da execução dessa agenda será público, por meio do Portal Territórios da Cidadania. Qualquer cidadão poderá acompanhar cada projeto, via internet, desde a licitação até a conclusão”.⁹⁷

Onde não há democracia econômica não há democracia verdadeira. Se analisarmos os conceitos de democracia econômica e olharmos para o Brasil, veremos que não vivemos uma democracia plena. Não podemos chamar de democracia (no sentido estrito de “governo do povo, pelo povo e para o povo”) um sistema que coloca a busca do lucro, o mercado e o interesse de uma minoria em primeiro plano e os interesses do povo em segundo plano.

No Brasil hoje, segundo os conceitos de PROUT, ainda não alcançamos uma democracia política e econômica. O que temos de fato dentro de um sistema capitalista é uma plutocracia (“governo dos ricos, pelos ricos e para os ricos”) com sufrágio universal, ou seja, com direito do voto a todos de quatro em quatro anos.

Um sistema eleitoral onde é mais fácil ganhar quem tem mais dinheiro ou quem se compromete com os interesses dos que têm mais poder econômico e político. Consequentemente, tem muito mais chances

⁹⁵ “O orçamento participativo é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos. A ideia pegou e se mantém até hoje na capital gaúcha, mesmo após a administração de diferentes partidos. Ela também se alastrou para outras cidades brasileiras, como São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Santo André (SP) e dezenas de municípios menores em São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e outros estados brasileiros; e também ganhou o mundo: Paris, Barcelona, Toronto, Bruxelas e Montevidéu são alguns exemplos”. Fonte: <<https://www.politize.com.br/orcamento-participativo-como-funciona/>>

⁹⁶ Vale destacar que, em 2006, dois anos antes do lançamento do programa Territórios da Cidadania, o proutista Ary Moraes (então secretário de fomento da Secretaria Nacional de Economia Solidária) distribuiu cópias do presente artigo para cerca de 60 quadros da Secretaria de Agricultura Familiar do governo Lula. É possível que isso explique as ressonâncias entre o programa e os princípios apresentados no presente artigo.

⁹⁷ Por meio do Portal Territórios da Cidadania. Qualquer cidadão poderá acompanhar cada projeto, via internet, desde a licitação até a conclusão. Fonte:

<<https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territorios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>>

de ganhar as eleições quem apoia os donos do poder econômico e quem tem o apoio dos grandes meios de comunicação (que por sua vez, também estão ligados ao poder econômico).

Em entrevista no canal do youtube, TV Democracia, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi perguntado porque, em 8 anos do seu mandato, ele não implementou uma reforma tributária progressiva. Em resposta, ele disse: “Por causa do Congresso, que é controlado pelos donos do dinheiro”. Enfim, uma plutocracia.

É nesse ponto que entra a teoria marxista-leninista. Seria possível uma mudança efetiva na sociedade sem uma revolução?

De forma bastante sintética e estilizada, vale citar a teoria do ciclo social de Sarkar. Nela, ao longo da História da humanidade, quatro grupos se alternaram no poder: os trabalhadores braçais, os guerreiros (mais ou menos no período do Império Romano); os intelectuais (mais ou menos no período de poder da Igreja Romana na Europa, representado pelo clero); e os capitalistas (que tomaram o poder a partir das revoluções burguesas – a Revolução Americana em 1776 e Revolução Francesa em 1789).

Segundo essa teoria do ciclo social, os capitalistas estão no poder até hoje, na maior parte do globo.

Nessa teoria (que é muito complexa e não pretendo expô-la aqui) os grupos se alternam no poder via evolução ou via revolução (segundo o Sarkar, uma revolução só ocorre com “a aplicação de uma força extraordinária”).

Sarkar diz que o grupo dos capitalistas tem uma peculiaridade quando chegam ao poder (em relação aos intelectuais e aos guerreiros): os capitalistas são os mais difíceis de sair do poder, visto que eles dominam de forma invisível, eles não aparecem.

Segundo Sarkar, os guerreiros e os intelectuais, quando começam a explorar a sociedade, são retirados do poder via evolução ou revolução; mas os capitalistas, só saem do poder via revolução. Nesse sentido temos mais um ponto em comum entre a perspectiva sarkariana e a marxista-leninista.

Segundo Sarkar: “A democracia política sem dúvida garantiu o direito ao voto, mas usurpou o direito à igualdade econômica. Consequentemente há uma disparidade flagrante entre os ricos e os pobres, imensa desigualdade no poder de compra do povo, desemprego, escassez crônica de alimento, pobreza e insegurança na sociedade”.⁹⁸

Para quebrar essa concentração de poder, os princípios apresentados no atual artigo se apresentam como uma saída sistemática de um ciclo vicioso que ainda exclui milhões de seres humanos.

“Mas a liberdade irrestrita à acumulação de riqueza no plano físico tem todas as chances de permitir que algumas pessoas vivam em opulência, em detrimento do desenvolvimento pleno da maioria, porque os recursos físicos são limitados”.⁹⁹

E quanto àqueles que acreditam que essas propostas são utópicas (apesar da citação de inúmeras iniciativas práticas já existentes, e ressonantes aos princípios teóricos propostos), terminamos esse artigo com uma frase do célebre Max Weber: “O ser humano não teria jamais atingido o possível, se não houvesse, vez ou outra, tentado o impossível”.¹⁰⁰

Referências Bibliográficas

Arrighi, Giovanni. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994

BANCO DE PALMAS. <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/12311>>

BANCO DO POVO. <<http://www.bancodopovo.sp.gov.br/>>

BATRA, Ravi. *End Unemployment Now: How to Eliminate Joblessness, Debt, and Poverty Despite Congress*. Kindle Edition: 2010

BATRA, Ravi. *A nova prosperidade*. Editora Campus: 2007

BJONNES, Roar e HARGREAVES, Caroline. *Growing a New Economy. Beyond crisis capitalism and environmental destruction*. InnerWorld Publications: San Germán, Puerto Rico. 2016 <www.innerworldpublication.com>

FIORI, José Luís. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. Pp. 11-64.

GALA, Paulo. *Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Contraponto. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2017. 1ª Ed.

⁹⁸ (2009: 189)

⁹⁹ (Sarkar, 2009: 25)

¹⁰⁰ (Max Weber, [1917] 2004: 123)

Guia de Estudo de PROUT. Adaptado para o Brasil. Proutistas de Nova York. São Paulo: Proutista Universal, 2000. 2ª ed. Website: <<http://www.proutugal.org/guia-de-estudo-de-prout/>>

Grameen Bank. <<http://www.grameen.com/>>

INAYATULLAH, Sohail e FITZGERALD, Jennifer. *Transcending Boundaries. Prabhat Rainjan Sarkar's theories of individual & social transformation*. Gurukula Press: Maleny, Austrália. 1999.

INAYATULLAH, Sohail. *Situating Sarkar. Tantra, macrohistory & alternative futures*. Gurukula Press: Maleny, Austrália. 1999.

KRTASHIVANANDA, Dada. *Manifesto de PROUT*. Georgetown: Proutist Universal, 1986.

LUCE, Mathias. *Teoria Marxista da Dependência. Problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MAFORT, Gabriela. Rede de Trocas Solidárias. Jornal do Brasil, 2000.

MAHESHVARANANDA, Dada. *Após o Capitalismo. A visão de PROUT para um Novo Mundo*. Belo Horizonte: Proutista Universal, 2003.

MAHESHVARANANDA, Dada. *Após o Capitalismo. Democracia Econômica em Ação*. San Germán, Porto Rico: InnerWorld Publications, 2015.

MALINALCO, Andy. *Is Venezuela Heading Towards Prout?* Fonte: Site Venezuelanalysis.com 29 de abril de 2007. <<https://venezuelanalysis.com/analysis/2361>>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich [1848] *The Communist Manifesto: A Road Map to History's Most Important Political Document*. Chicago: Haymarket Books, 2005.

MARX, Karl [1867] *O Capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl [1867] *Capital: A Critique of Political Economy*. Volume III – Part II. New York: Cosimo, 2007.

MIRHAN, Lejeune. *Marx para principiantes*. São Paulo: Apparte, 2020.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política. Uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.

PAPROCKI, Charles R. *Notes on sócio-economic decentralization*. 1990 (mimeo)

SARKAR, Prabhat Rainjan. *Democracia Econômica*. Publicações Ananda Marga, 1996.

SARKAR, Prabhat Rainjan. *Democracia Econômica*. Publicações Ananda Marga, 2009.

SARKAR, Prabhat Rainjan. *A Few Problems Solved*. Calcutta. Part 7. 1986

SARKAR, Prabhat Rainjan. Talks on Prout. In: *Prout in a Nutshell*. Ranchi. 1961

SARKAR, Prabhat Rainjan. *Ideia e Ideologia*. Editora Ananda Marga. 2008. 1ª ed.

SARKAR, Prabhat Rainjan. *An Outline of Prout*. AMPS: Kolkata, Índia. 2018

SEGRILLO, Angelo. "Liberalism, Marxism and Democratic Theory Revisited: Proposal of a Joint Index of Political and Economic Democracy". *Brazilian Political Science Review* (2012) 6 (2)

SICCOOB. Sistema financeiro cooperativo do Brasil. <<https://www.siccoob.com.br/web/siccoob/sistema-siccoob>>

Territórios da Cidadania:
<<https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>>

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Editora Cultrix, [1917] 2004.